

O “morro” e a “pista”: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas

Carolina Christoph Grillo

Pesquisadora assistente no Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/IFCS/UFRJ)

Neste artigo são distinguidas duas modalidades da prática do comércio ilegal de drogas na cidade do Rio de Janeiro a partir dos modos de sociabilidade predominantes que particularizam as redes do tráfico do morro e da pista. São observados os aspectos circunstanciais sob os quais elas operam, ressaltando o papel das diferentes relações com o território e as dinâmicas organizacionais e hierárquicas distintas na produção dos modos violentos ou normalizados de sociabilidade encontrados no mercado ilegal de drogas. Em se tratando de redes interconectadas, são apontadas algumas notas sobre seus pontos de contato.

In the article **“Morro” versus “pista”: A comparative study on different dynamics of illegal drug trade**, two modalities of the illegal drug trade practice in Rio de Janeiro are distinguished with basis on the prevailing sociability modes which particularize the slum (“mono”)s and the middle class (“pista”)s traffic networks. The circumstantial aspects under which they operate are observed. Emphasis is given to the role of the different relations with territory and the distinct hierarchical and organizational dynamics in the production of violent or normalized sociability modes found in the illegal drug market. As they are interconnected networks, some notes on the intersection between the two are pointed out.

Introdução

João e Bernardo estavam numa “boca” do Morro dos Prazeres, em Santa Teresa, onde vinham pegando alguns quilos de maconha para a sua revenda tanto no varejo (25g ou 50g) quanto no atacado (250g, 500g, 1Kg). Aguardavam pela “planta” (maconha) que seria buscada no seu “entoque” (esconderijo) e essa espera costumava estender-se por várias horas, sem que houvesse qualquer previsão do tempo que eles precisariam permanecer ali. Além da demora efetivamente necessária, parecia haver sempre um desdém pela ansiedade dos “playboys”¹ e até mesmo certo prazer em demonstrar essa falta de consideração. Desta vez, o desconforto de encontrar-se vulnerável aos possíveis imprevistos fora acentuado pela chegada de um carregamento de armas. Os integrantes do “movimento”² tiravam-nas de sacos enormes

Recebido em: 04/05/08

Aprovado em: 10/07/08

1 Para os traficantes de drogas do “movimento”, essa categoria engloba todos os moradores do “asfalto”.

2 Categoria nativa que denomina as redes do varejo de drogas nos redutos de moradia de baixa renda.

e as “experimentavam”, simulando os olhares e a postura corporal de quem está prestes a atirar e com “disposição pra matar”³. Não se preocupavam em avaliar a qualidade da arma, mas em ver qual “peça” compunha melhor o seu visual. Sobre esse episódio narrado por João e Bernardo, eles comentaram que “o clima tava pesado”.

Os dois comercializam drogas ilícitas, mas não portam armas e nem sabem atirar. Bernardo não vê graça alguma nesses artigos bélicos, ao passo que João saboreia imaginar-se manejando uma, mas lhe falta a “disposição”. Já chegou a comprar um revólver calibre 38 aos 20 anos de idade, porém confessou que se sentia extremamente inseguro quando o portava, temendo que alguém “entrasse numa” com ele. Afinal, “eu não posso levar porrada armado, mas também não quero ter que atirar em ninguém”. Após ter a sua arma “travada”(confiscada) pelo pai de um amigo que a encontrara em sua casa, onde João a tinha deixado guardada, ele desistiu de seu fetiche sem jamais ter atirado em ninguém.

Assim como eles, diversos outros jovens de classe média compõem o chamado tráfico “da pista” e uma parte substancial dos fluxos do mercado de entorpecentes no Rio de Janeiro passa pelas redes de comerciantes do “asfalto”, que estabelecem relações com os do “morro” ou mesmo realizam transações que os excluem. Apesar de se encontrarem inseridas no contexto mais amplo desse mercado ilegal, essas redes funcionam de maneira independente e se distinguem das demais por uma sociabilidade específica que particulariza essa modalidade do comércio ilegal de drogas.

Em minha pesquisa de dissertação (GRILLO, 2008), tive acesso a uma rede social de “traficantes jovens de classe média”⁴ em liberdade, acionada a partir de um informante principal, que denominei João, e composta por traficantes que, em sua maioria, já eram meus conhecidos desde antes do engajamento neste estudo. Procurei me inserir nos contextos de socialização desses traficantes e, apesar de revelar as minhas intenções de pesquisadora, a coleta dos dados transcorreu de maneira discreta, sendo a minha presença interpretada com naturalidade. Através de entrevistas informais – nas quais era perguntado apenas o que fosse coerente com o andamento da conversa – e da observação

3 “Entre os envolvidos no mundo do crime, ‘bandido’ corresponde a uma identidade social construída em torno de característica pessoal e interna: a disposição pra matar”. (ZALUAR, 1994, p.139).

4 Os recortes etário e de classe não são eficientes para distinguir essa modalidade de tráfico, pois as redes de relações incluem pessoas com mais de 30 anos e menos de 18, além de comportar indivíduos oriundos de famílias que compõem os extratos mais baixos e os mais altos das camadas médias urbanas do Rio de Janeiro. Ainda assim, pode-se afirmar que estas redes são constituídas principalmente por jovens de entre 20 e 35 anos de idade cuja origem social preponderante é de classe média, compreendendo “classe média” enquanto categoria nativa, isto é, levando em conta a auto-definição dos indivíduos pesquisados.

participante, foi possível perceber o repúdio ao emprego da violência na rede estudada.

O objetivo deste estudo consistiu em identificar as circunstâncias sob as quais esse mercado opera, além das estratégias, valores e códigos de conduta compartilhados pelos traficantes, compreendendo o que possibilita a manutenção de uma “sociabilidade normalizada”, a despeito do caráter ilegal dos empreendimentos. No presente artigo será privilegiada uma abordagem comparativa entre duas dinâmicas do mercado ilegal de drogas, identificando algumas das relações de semelhança e diferença, cooperação e concorrência, que se estabelecem entre as modalidades do tráfico “da pista” e “da favela”, considerando a bibliografia existente sobre a organização social das redes do mercado ilegal de drogas que operam nas áreas de moradia de baixa renda da cidade.

Ao contrastar os distintos modos de funcionamento do tráfico é suscitada a necessidade de se compreender as “territorialidades alternativas” (GRILLO, 2008) e as formas de organização e hierarquia presentes nessa modalidade do mercado ilegal de drogas praticada principalmente – embora não exclusivamente – por jovens de classe média e que é articulada em redes relacionais fundadas na amizade, cuja operação não se encontra “territorializada”, mas pulverizada, sem que existam pontos de venda reconhecíveis. Empreendedores individuais associam-se, mas não compõem grupos com diferenciação funcional interna e nem devem respeito a uma hierarquia de mando. Observei, em campo, uma sociabilidade específica em torno do tráfico de drogas que se distingue de todas as demais formas de interação observadas no conjunto mais amplo desse mercado.

Após o desenvolvimento dessa perspectiva comparada, serão apresentadas algumas passagens etnográficas referentes aos pontos de contato entre as redes “da pista” e da “favela”. O objetivo consiste em demonstrar como nenhum esquema simplista é capaz de abarcar o potencial inovador da contínua reconfiguração das práticas no mercado ilegal de drogas. A complexidade dos arranjos relacionais observados aponta para a necessidade de se compreender o tráfico de maneira menos estática, ressaltando a informalidade e o improvisado como elementos fundamentais nas redes que se espalham pela cidade.

Sociabilidade normalizada

O mercado informal ilegal de drogas operante nas aglomerações urbanas de baixa renda do Rio de Janeiro, ou o “movimento”, tem sido representado na mídia pelo grande volume de violência ao qual está associado e isso também aparece de forma homogênea na bibliografia especializada sobre o tema (ZALUAR, 1994; BARBOSA, 1998; MISSE, 1999; MACHADO DA SILVA, 1999 e outros). Para Machado da Silva (1999), este caracteriza-se pela “sociabilidade violenta”, isto é, pela interação baseada em um individualismo que promove a relação objetal com o outro e a interação fundada nos princípios de subjugação pela força. Segundo a hipótese do autor, as organizações criminosas são “portadoras de uma visão de mundo em formação que cancela a relação de alteridade que tem sido pensada como fundamento da vida coletiva” (p.123).

Tal volume de violência, por sua vez, não é próprio ao tráfico de drogas, uma vez que o mesmo não se verifica em outras grandes cidades de outros países (MISSE, 2003) e a particularidade do “movimento” pode ser compreendida através da análise dos processos de “acumulação social da violência” (MISSE, 1999) que caracterizam a especificidade da história social do banditismo no Rio de Janeiro. Para Zaluvar (2004, p. 62), dentre os elementos que produzem uma cultura na qual é generalizado o recurso à violência para a resolução de conflitos estão a “interiorização de uma ideologia individualista moderna em que a ilusão quanto à liberdade da pessoa está atrelada a uma concepção extremamente autoritária de poder e o *ethos* da virilidade, que impõe ao homem que não deixe nenhuma provocação sem resposta”.

Por outro lado, pode observar nas redes de tráfico “da pista” que o emprego da força é condenado e evitado, mesmo nas situações como a “volta” (o não pagamento de débitos) ou a suspeita de delação, em que, segundo a lógica habitual dos mercados nos quais são comercializadas mercadorias criminalizadas, uma ação violenta se faria necessária. Não são raros os casos de “vacilação” (falha ou trapaça) nas relações de crédito entre os próprios traficantes e houve casos narrados em que a retaliação violenta foi até cogitada, mas nunca colocada em prática. A própria ausência de posse de armas pelos traficantes já é um forte indicador da predomí-

nio do que proponho chamar de “sociabilidade normalizada” (GRILLO, 2008) nas interações em torno da negociação das drogas. Tomo por referência o conceito de “normalização”, tal como utilizado por Misse (1999, p. 48), que, inspirado por Elias, Foucault, Hirshman, Bellah e outros, o definiu como o

complexo processo histórico-social que mobilizou os “indivíduos” (que são por definição, imaginados como potencialmente desafiados no interior de uma formação social que reclama a sua filiação) a auto-regularem sua premência e sua ganância (de necessidades, interesses e desejos), através da socialização do “valor de si” como valor próprio que deriva do desempenho do “autocontrole”.

A criminalização das mercadorias determina que o comércio das mesmas não esteja sujeito ao controle do Estado, portanto é comum que se desenvolvam estratégias violentas para a regulação dos mercados ilegais, especialmente por envolver a circulação do capital econômico. Ainda assim, insisto em afirmar que, mesmo que alguns informantes possam lembrar-se de algum caso no qual alguém tenha sido coagido por uma arma durante algum procedimento de cobrança, esse comportamento é moralmente condenado pelos traficantes da “pista” e as armas lhes são artigos dispensáveis. Outros mecanismos de controle social atuam na inibição à traição da confiança depositada em um agente.

Como então é possível a existência de um rentável mercado informal de drogas ilegais caracterizado por uma “sociabilidade normalizada”? O contraponto com as redes de tráfico que se espalham pelos redutos de moradia de baixa renda no Rio de Janeiro evidencia as diferenças das circunstâncias nas quais se desenvolvem estas distintas modalidades de associação para a mesma transgressão. A comparação das dinâmicas territorial e organizacional dessas redes fornece elementos importantes para a compreensão dos aspectos que contribuem ou não para a demanda pelas armas e toda a cultura de violência que se constrói em torno delas. É possível destacar também, o papel das diferentes relações com o Estado e da circulação do que Misse (1999) chama de “mercadoria política” – aquela cuja produção ou reprodução depende fundamentalmente da combinação de custos e recursos polí-

ticos, para produzir um valor de troca político ou econômico (MISSE,1999) – na formação dos modos violentos ou normalizados de interação, na associação para o tráfico.

Territorialidade

As redes do tráfico das favelas apostam na visibilidade para facilitar a identificação dos pontos de venda pelos consumidores, que não são apenas conhecidos, mas também estranhos que procuram as “bocas” para comprar drogas, estabelecendo relações estritamente comerciais. A dimensão territorial ganha, então, uma enorme importância, de modo que os traficantes passam a disputar os territórios para a venda entre si e ainda precisam defendê-los da polícia que, sabendo localizá-los, cobram o “arrego” (suborno) para não as invadirem em combate armado. É bastante óbvia a relação da territorialidade desse tráfico com a demanda pelas armas, com a “organização” do crime e com a compra de “mercadorias políticas”. Essa associação também se encontra em Barbosa (2005), segundo quem o tráfico de drogas, por se tratar de um comércio, precisa estar “plantado” num território e formar uma freguesia, o que implica em negociar um “alvará de funcionamento” com a polícia.

Zaluar (1994, p. 109) chamou a atenção para o papel do *ethos* da masculinidade na interpretação da invasão da área ou vizinhança como uma tentativa de emasculação, articulando o território a um valor da cultura viril:

Área invadida é área emasculada. Seus defensores ficam desmoralizados no local. Do mesmo modo que um homem não pode levar uma ofensa sem resposta – “tem que ter volta” –, a área não pode ser pisada ou tomar tiros sem reagir, o que pode provocar as rixas intermináveis e um processo interminável de violência, ou seja, a guerra.

Ao aplicar a Teoria dos Grafos para modelar as redes e os sistemas do tráfico da drogas no Rio de Janeiro, Souza (1996), apesar de privilegiar “vértices diretamente vinculados com as favelas enquanto *loci* do tráfico”, inclui também (p.51): “vértices representativos de diversos *loci* do “asfalto” de onde ope-

ram atores sociais envolvidos com o tráfico que mantêm relações com (...) pequenos traficantes, usuários-revendedores, etc. utilizando-se de apartamentos de classe média, boates, estabelecimentos de ensino etc”. O autor ainda faz uma distinção entre essas ramificações e as redes dos grandes atacadistas residentes no “asfalto”, classificando-as como “subsistemas do varejo”. No entanto, a pesquisa que realizei com traficantes “da pista” identifica uma autonomia desses mesmos subsistemas em relação às redes articuladas nas favelas: ao não obedecer a vínculos de subordinação; ao diversificar as fontes para o fornecimento de drogas que, às vezes, excluem tais redes dessa intermediação; ao comercializar paralelamente mercadorias obtidas diretamente através do tráfico internacional, como no caso das drogas sintéticas; e, por fim, chegando a inverter os fluxos comerciais, isto é, fornecendo drogas para algumas “bocas”, em ocasiões esporádicas, sem que isso os coloque na posição de grandes atacadistas.

Por mais fecunda que seja a iniciativa de modelar as redes e os sistemas do tráfico de drogas tomando por referência os territórios nos quais operam os diferentes atores, não se pode perder de vista as diferentes relações que os traficantes mantêm com esses territórios no cotidiano de suas práticas. Nos estudos sobre o varejo de drogas nas favelas do Rio de Janeiro, a dimensão sócio-espacial é central, de modo que é possível falar (SOUZA, 1995) em “territórios contínuos”, as favelas, e “territórios descontínuos”, que abrangeriam várias favelas como base territorial de um “dono”. Contudo, as redes do tráfico que operam no “asfalto” apresentam uma dinâmica sócio-espacial de outra ordem, conferindo novos significados ao território e se utilizando de “territorialidades alternativas”.

Os traficantes de classe média encontram em seus próprios círculos de amigos e conhecidos os clientes com quem comercializam drogas, tanto para o consumo quanto para a revenda. É através das relações de amizade que se estabelecem todos os contatos que viabilizam a circulação desse mercado, configurando redes complexas e interconectadas. Mesmo quando o objetivo da relação é estritamente comercial, força-se alguma amizade, de modo que as partes se conheçam melhor, uma vez que eles procuram sempre vender “só para os camaradas”.

Tal característica dessa modalidade de tráfico permite o funcionamento de uma rede “pulverizada”, sem que seja preciso estabelecer pontos comerciais reconhecíveis e, portanto, não se produz uma necessidade imediata de defesa armada, uma vez que não há um território em jogo. Surgem novas territorialidades a serem exploradas, envolvendo desde os espaços em que se dão as negociações, como na internet, em telefonemas, lugares públicos, academias de ginástica, universidades e residências particulares, até a noção de clientela, que demarca “áreas” relacionais (não espaciais) fluidas para a atuação dos traficantes, implicando na existência de uma espécie de diplomacia entre eles. E, segundo Velho (1998, p.14), a “invisibilidade” dessas redes só é possível mediante o “desenvolvimento de complexos sistemas de reconhecimento para garantir alguma segurança de maneira a compor um mapa de classificação das pessoas e lugares, permitindo uma certa flexibilização de reações e comportamentos”. Em contraste com a postura de enfrentamento e/ou suborno das autoridades, assumida pelos traficantes das favelas em sua relação com a polícia, os traficantes “da pista” encobrem suas atividades e só recorrem ao suborno quando “rodam”, isto é, quando são pegos em flagrante ou com provas obtidas em escutas telefônicas, durante prolongadas investigações policiais, normalmente iniciadas a partir de denúncias. Coloca-se então uma importante contradição a ser aprofundada: os traficantes devem ampliar suas redes relacionais para a comercialização das drogas, lucrando com a sua popularidade, mas eles, ao mesmo tempo, precisam restringir seus contatos para minimizar o risco de serem descobertos.

Em uma reportagem de 2007 sobre a prisão de um traficante de classe média na Barra da Tijuca, surge uma referência às disputas por territórios para a atuação nesse comércio ilegal:

Mercado da droga conquistado à tapa

O delegado explicou que Carlão mantinha a exclusividade na venda de ecstasy em festas, principalmente na Região da Zona Sul, com uma tática simples. Acompanhado de amigos fortes como ele, costumava espancar eventuais concorrentes. Não raro, o traficante se envolvia em brigas. Ele tem cinco passagens pela polícia por agressão e ameaça. Nas festas que realizava em

casa, as confusões com vizinhos eram freqüentes. À tarde no condomínio, os vizinhos chegaram a comemorar a prisão. (Jornal O Globo, 09/10/2007)

Apesar de o delegado alegar ter prendido o maior traficante de ecstasy do estado, observei em campo que aqueles responsáveis por movimentar grandes quantidades da droga sintética não as vendem no varejo, como foi dito sobre o acusado em questão, mas procuram restringir suas vendas ao atacado, comercializando-as entre os amigos de confiança, tornando-se cada vez mais discretos e, principalmente, jamais vendendo em festas. Os “grandes” traficantes desse mercado vendem muito mais do que mil comprimidos por semana, tal como a reportagem sugeriu que o acusado vendesse, e não compram de fornecedores de São Paulo, mas trazem a mercadoria da Europa com as suas próprias “mulas” (portadores).

Tomemos o caso da disputa por território. Por mais improvável que seja a idéia de que um comerciante varejista pudesse monopolizar a venda de ecstasy na Barra da Tijuca e na Zona Sul do Rio de Janeiro, sendo este um mercado tão amplo, de fato é possível supor que o “pitboy do tráfico”, como foi chamado, de fato brigasse com seus “concorrentes”. Mas ele não poderia conquistar com isso qualquer exclusividade, pois a noite carioca se multiplica em inúmeros espaços, enquanto um simples mortal só consegue ocupar um de cada vez, além de a venda dessas drogas ocorrer de maneira discreta, para não chamar a atenção dos seguranças dos estabelecimentos e nem dos possíveis policiais infiltrados. Sem contar que uma prática comum entre os consumidores têm sido comprar com antecedência, para garantir a droga, pois atualmente só os mais inexperientes ou inconseqüentes “vendem na noitada”.

Se a disputa territorial violenta era realmente praticada pelo acusado, sendo o seu envolvimento com o tráfico ostensivo e exposto ao conhecimento público, não parece restar dúvida sobre o motivo da sua prisão, enquanto tantos outros traficantes passam despercebidos pela vigilância policial e as festas continuam “regadas” (bem abastecidas) às drogas sintéticas por eles vendidas. É conhecida dos traficantes de classe média a necessidade de não se “explamar”, isto é, cair em evidência, para evitar problemas com a polícia. Os casos de

prisão desses jovens costumam resultar da desconsideração de recomendações compartilhadas como: limitar os contatos para a negociação das drogas; preservar o próprio local de moradia; manter a boa disposição alheia, no intuito de evitar denúncias sobre as suas práticas; etc.

Organização e hierarquia

As disputas por territórios, constituídas em guerras de fato, estão intimamente relacionadas com a organização do “movimento” sob uma estrutura hierárquica local (em constante reorganização) na qual os diferentes cargos se distribuem entre os integrantes, distinguindo as funções bélicas das comerciais, que precisam estar coordenadas sob uma dominação “legítima”. Essa dinâmica organizacional é fundamental para a eficácia do comércio e para a manutenção do poder sobre o território.

O “movimento” não está diretamente subordinado a grupos estratégicos do crime organizado, mas constitui “redes horizontais de proteção mútua” (MISSE, 2003) para articular a defesa das suas áreas de atuação. Segundo Barbosa (2005, p.389):

É necessário lembrar que o que denominamos de comando é na verdade um espaço de negociação permanente, construído a partir das cadeias. Não é possível pensar em uma organização hierárquica rígida, com lideranças acima dos donos do morro. Trata-se de grupos que se apresentam como blocos territoriais, onde não existe uma oposição segmentar que possibilite a articulação de um sistema piramidal.

Mesmo os contatos para a obtenção de drogas são independentes da participação dos comandos, de modo que cada dono de morro tem o seu “matuto” (fornecedor) e se não o tiver, depende de outros donos aliados que o “fortalecem” com a droga (BARBOSA, 1998). Barbosa (2005) coloca que a rede do tráfico de drogas é composta por diversas articulações singulares quanto a lucro, riscos e mecanismos de negociação, havendo distintos operadores nos processos de intermediação da droga até se chegar ao comércio varejista

que, por sua vez, também possui o seu próprio lucro, riscos e mecanismos de negociação. Para Misse (2003, p.6):

A estrutura dos grupos locais do varejo de drogas foi sempre baseada no sistema de consignação de vendas, a partir do “dono” ou “gerente geral”. A mercadoria é adiantada para os subgerentes e o processo continua até os vendedores diretos, os “vapores”. O movimento de retorno do pagamento é baseado na noção de “dívida” e deve ser feito, impreterivelmente, dentro de um prazo mínimo. O não-pagamento é interpretado como “banho” (logro, furto ou falha) e o devedor, na primeira reincidência, é morto num ritual público de crueldade. O sistema de consignação articula-se, assim, a uma hierarquia mortal de “credor/devedor”.

Assim como no “movimento”, a hierarquia do tráfico de classe média remete a uma espécie de pirâmide dos fluxos comerciais, também marcada por relações de crédito. No entanto, os empreendimentos são individuais, havendo associações pontuais cuja validade dos “contratos” firmados refere-se apenas às transações em questão. Não há uma hierarquia de mando, mas apenas de *status*, uma vez que não se configura qualquer organização em torno de um território, mas um emaranhado de relações, através das quais circulam diferentes tipos de capitais, produzindo hierarquias fluidas e dinâmicas. Estar “por cima” ou “por baixo” diz respeito a uma situação que pode ou não ser alterada pelos rearranjos relacionais contingenciais que caracterizam a instabilidade desse mercado.

A amizade ou camaradagem recobre os negócios de modo que, mesmo nas transações “hierarquicamente verticais”, está embutida uma perspectiva de “cooperação horizontal” que evoca valores relativos à ajuda recíproca e à fidelidade à palavra empenhada. O aprofundamento da dimensão da circulação da confiança é fundamental para a compreensão da viabilidade de uma sociabilidade normalizada nas interações que compõem essas redes do tráfico de drogas. Sempre há um risco envolvido e poucas garantias em jogo, uma vez que é preciso confiar que a qualidade e a quantidade da mercadoria são as combinadas e, principalmente, confiar que os devedores pagarão seus débitos, até porque as transações no atacado costumam ser efetuadas a crédito.

Ainda assim, o “bom funcionamento” desse mercado é frequentemente atrapalhado pelos problemas de observação dos “contratos” firmados.

Segundo Gambetta (2000), a confiança é o nível particular de probabilidade subjetiva avaliado pelo agente sobre o comportamento do outro. Central para essa noção é a incerteza sobre tal comportamento, uma vez que a confiança só é relevante se houver uma possibilidade de traição. Nas relações cooperativas é possível “economizar confiança” com base nos interesses e nas potenciais retaliações que tornam a traição uma opção custosa (GAMBETTA, 2000). No caso das redes do tráfico de drogas estudadas, em se tratando de um comércio ilegal, não há qualquer regulamentação das atividades capaz de produzir alguma garantia de que o outro cumprirá com a sua parte dos contratos e a ausência de uma cultura de cobrança violenta nesse meio intensifica essa incerteza. É, portanto, limitada a possibilidade de se economizar confiança, fazendo-o apenas com base nos benefícios da troca de interesses e na consciência de que a traição acarreta custos sociais para o traidor, abalando a sua reputação entre seus pares.

Júnior, um dos informantes pertencentes à rede social estudada, confessou já ter integrado o “movimento” em um morro nas imediações do apartamento de classe média onde mora com os seus avós, mas atualmente privilegia-se dos contatos obtidos nessa época para vender maconha, como autônomo, na “pista”. Quando perguntado sobre a diferença mais marcante entre essas duas experiências, ele respondeu: “Lá no morro, se o patrão falar que um maluco vacilou, tu tem que apagar o cara e é isso aí. Mas agora tem um cara aí me devendo mil e quinhentos há meses, um outro aí também no erro. O que é que eu vou fazer, sair matando?” Esse discurso aponta para o papel exercido pela hierarquia de mando na construção dos modos violentos de sociabilidade. O caráter individual dos empreendimentos nas redes do “asfalto” isola e desorganiza os traficantes, dificultando o uso da violência pela ausência do respaldo de um grupo, gangue ou quadrilha. As formas de organização desse tráfico parecem determinantes na manutenção de uma “sociabilidade normalizada”, uma vez que qualquer atitude violenta parte de um indivíduo que deverá responsabilizar-se sozinho por

seus atos. Mesmo que exista a vontade de realizar um “acerto de contas” violento quando se “leva uma volta”, falta a “disposição” para fazê-lo.

Tendo em vista essas considerações, é possível enquadrar os tráficos do morro e da pista, respectivamente, nos modelos propostos para dar conta das diferentes formas emergentes de distribuição do crack por Jonhson, Hamide e Sanabria (1992). Os autores distinguem entre “modelo empresarial” (*business model*), caracterizado por uma estrutura hierarquicamente estratificada, por relações empregador-empregado, verticalidade dos fluxos de capital, distribuição dos territórios para a atuação e fixidez dos preços para a venda; e o modelo “freelance”, no qual os atores cooperam voluntariamente e se associam em transações pontuais, cujos termos do acerto são negociados entre as partes, podendo ou não se estender por relações comerciais mais regulares, havendo uma ampla diversificação de parceiros e as drogas sendo pagas à vista ou em consignação, dependendo das circunstâncias.

Devo ressaltar que tais categorias não abarcam algumas diversificações intermediárias das redes do narcotráfico no Rio de Janeiro. Barbosa (2005) assinala a existência das “esticas”, isto é, pontos de venda no “asfalto” subordinados aos grupos que dominam o tráfico nos morros, que não devem ser confundidos com aqueles que também trabalham no asfalto, porém o fazem por encomenda telefônica. Tais articulações híbridas aumentam a dificuldade na realização de um recorte suficientemente preciso para demarcar o que pode ser compreendido no tráfico “da pista”. No entanto, as redes que estudei aproximam-se mais das tais encomendas telefônicas do que das “esticas”, embora adquiram feições bem mais complexas e passem a compor uma modalidade específica do mercado ilegal de drogas com extensões do varejo ao atacado e com uma ampla variedade de drogas sendo comercializadas.

Outros dois conceitos que procedem no contraste entre o mercado ilegal de drogas “do morro” e o “da pista” são os de “crime em organização” (“*crime in organization*”) e “crime em associação” (“*crime in association*”), ambos de Ruggiero e South (1995), que remetem a dois modos de “trabalho criminoso” (*criminal “work”*) e a dois modelos de organização e estrutura. No primeiro, aplicável ao tráfico “do morro”, prevalece uma estrutura vertical e hierárquica de estilo indus-

trial ou corporativo, no qual ocorre a venda da “força de trabalho criminosa” (“*criminal labour*”). Já o conceito de “crime em associação” sintetiza a estrutura predominantemente horizontal e não hierárquica encontrada no tráfico “da pista”, implicando numa divisão de trabalho técnica e não social, fundada na distribuição das habilidades individuais.

Os modelos propostos acima, apesar de não apresentarem correspondências precisas em relação à configuração observável das formas aqui comparadas desse empreendimento ilegal, ajudam-nos a visualizar melhor as suas diferenças. Essas distintas dinâmicas organizacionais contribuem para o abismo entre os modos de sociabilidade encontrados nessas duas modalidades da prática do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro.

5 A rede social estudada só inclui poucos traficantes de cocaína em suas margens, apesar de conter diversos usuários. Esses traficantes não se propõem a vender essa droga, alegando diversas razões, dentre as quais: o medo de usar demais e “se derramar” (descapitalizar-se, falir); o problema dos “viciados”, que ligam durante a madrugada e vivem devendo; o “carma” que vem com a venda dessa droga. A participação mais recorrente da cocaína nas transações comerciais praticadas pelos traficantes estudados é a exportação para a Europa, onde ela é vendida, gerando um capital revertido na compra de drogas sintéticas e *cannabis* de alta qualidade a serem importados de volta ao Brasil. Para essa operação, a cocaína deve ser pura e, portanto, não comprada nos morros da cidade. Em um caso narrado pelos informantes, um empreendimento dessa ordem resultou em prejuízo, pois a cocaína enviada, comprada no morro do Turano (no Rio Comprido, Zona Norte da cidade), não apresentou a qualidade exigida no mercado europeu.

Entre o “morro” e a “pista”

O “morro” tem sido a principal fonte (apesar de não ser a única) para a aquisição da maconha e da cocaína⁵ revendidas na “pista”, ao passo que as drogas sintéticas (ecstasy, MDMA, LSD etc.) e as versões de luxo da *cannabis* (haxixe, charas, skank, pólen) são adquiridas diretamente no mercado internacional de drogas por traficantes de classe média e alta, sem passar por qualquer envolvimento com o tráfico das favelas. Ainda assim, os atores sociais envolvidos no tráfico desses diferentes tipos de droga são muitas vezes os mesmos, de modo que estas ramificações dos fluxos comerciais não compõem redes separadas. Na rede social estudada, praticamente todos os traficantes já comercializaram drogas paralelamente por essas duas vias, o que não é a regra, havendo outros que se especializam.

Mesmo o abastecimento da maconha exclui, com frequência, as redes operantes nas aglomerações de moradia de baixa renda, efetuando-se por meio dos contatos entre os traficantes de classe média e atacadistas de outros estados. Ao longo da pesquisa foram relatadas algumas conexões dessa ordem, mas ainda assim a maconha obtida no atacado dos pontos de venda de drogas implantados nas favelas é a que predomina no tráfico do “asfalto” no Rio de Janeiro.

Em algumas das trajetórias colhidas em campo, o “contato” e o “contexto” (estima) de que desfrutavam junto aos

traficantes do morro foi o que possibilitou o início de uma carreira no tráfico de drogas. Luis Antônio, que é de classe média e morador do Rio Comprido, contou que, quando adolescente, apesar de nunca ter “formado” (integrado) no “movimento”, andava com os “moleques” de lá e que já até tinha “segurado fuzil” algumas vezes, para não ficar “marcando bobeira na boca”, mas que, por sorte, nunca aconteceu nenhum imprevisto enquanto ele estava lá, senão ele teria que “trocar tiro”.

Quando estudou Comunicação numa faculdade particular colada ao morro que freqüentava, Luis Antônio e seu amigo Rodrigo costumavam “tirar onda” (gabar-se) com seus colegas de turma do “contexto” que tinham no Turano e se sentiam tão superiores por isso que não se integraram bem e acabaram por abandonar o curso. Júnior, Rodrigo, Luis Antônio e outros rapazes ligados à rede de relações estudada privilegiavam-se dos bons contatos em alguns morros para “crescer” no tráfico, pegando muitos quilos a crédito e os revendendo para outros traficantes. O status adquirido por conta desses contatos, inclusive, colocou-os em boa posição quando passaram a freqüentar festas rave e vender drogas sintéticas.

No entanto, essas interações de traficantes da pista e do morro não ocorrem sempre de maneira tão tranqüila. Os atores nem sempre se conhecem bem e, mesmo que sejam “camaradas”, no “movimento” impera a desconfiança, de maneira que as transações ocorrem sob a insegurança e o receio dos “playboys”, o que se intensifica com os momentos de tensão experimentados quando eles estão na “boca”, como no seguinte caso narrado em campo:

João vinha pegando “planta” em bocas próximas à estrada Barão de Petrópolis, no Rio Comprido, utilizando-se do “contexto” de seus amigos Júnior e Mocotó. Cada vez ele era levado para um “movimento” diferente e acabou conhecendo Bebeto, gerente da maconha nos Prazeres. Este se interessou por uma balança digital de alta precisão de João, que concordou em “formar” (trocar o objeto por droga). No acordo faltaram R\$50 que João deveria pagar depois. Na semana seguinte, ele foi junto com Bernardo renovar a carga com Bebeto e não o encontrou. Enquanto esperava a planta, percebeu que um “maluco”, que nem era da boca,

mas parecia ter alguma relação, começou a reclamar com o “vapor” sobre a presença deles e este o dispensava, dizendo: “Vai lá então falar com os atividade! Vai!” Tenso com a situação, João resolveu estabelecer uma relação de confiança com o “vapor” e lhe entregou R\$50, dizendo: “Quando você encontrar o Bebeto, entrega isso pra ele e diz que foi o playboy da balança que deixou, pelo que ficou faltando. Ele vai saber quem eu sou”. O vapor aceitou o dinheiro e a tensão se dissolveu. Quando voltaram alguns dias depois, João encontrou Bebeto e comentou que confiaria os R\$50 a um “vapor”. O gerente falou que não tinha recebido nada e mandou chamar o tal “vapor” para colocá-lo diante de João. Nesse meio tempo João se desesperou, pois agora seria a palavra dele contra a do “vapor”, ou seja, estava numa fria. No entanto, o “vapor” confirmou ter recebido o dinheiro e jurou tê-lo entregue a Bebeto que acabou se lembrando de tê-lo recebido. Apesar da desconfiança mútua que permeia esse trânsito entre o morro e o asfalto, entre o traficante pobre e o de classe média, em alguns casos desenvolve-se algum nível de confiança – ainda que respaldado na ameaça potencial de uso da violência – produzindo relações cooperativas e de crédito. Como João e Bernardo estavam renovando a compra de mercadorias com frequência, o gerente passou a deixar parte da planta “no fio” (crédito), empurrando mais do que eles tinham em dinheiro para pagar e trocando os números de telefone celular. João comentou que não gostava de saber que o seu número estava na agenda telefônica de Bebeto (gerente), afinal “vai que o cara roda, ou tá grampeado...” Certa vez, perguntei por que Bebeto confiava neles e João respondeu: “Se bobear é mais fácil ele me deixar dever R\$300 do que deixar um fodido do morro dever R\$10, porque ele tá ligado que eu não vou querer ficar devendo pra eles, não. Tem o Júnior... Dá pra eles correrem atrás. Eles sabem que nem que eu me enrolo, tenho de onde tirar pra pagar. Agora, o morador que vai e se enrola pode não ter mesmo como pagar, aí eles tem que apagar o cara pra manter a moral”.

A competição

Apesar de a principal fonte de obtenção da maconha vendida na pista serem as redes que operam nas favelas da cidade, estas, por sua vez, não são integradas, de maneira que o funcionamen-

to de cada “movimento” é independente dos demais. Portanto, não é prudente que o traficante “da pista” fique “explanando” (tornando visíveis) as suas vendas no varejo nas imediações de um “movimento” que não seja o mesmo em que ele comprou a droga. Nesse caso, não faz diferença se a “planta” foi adquirida em um morro ou com um atacadista do “asfalto”, pois essa competição não será bem interpretada. Não é comum que ocorram problemas como esse, pois a segregação social costuma alienar os traficantes “do morro” de informações desse tipo. Contudo, houve um caso narrado no qual essa questão aparece. Cadú ainda morava com os seus pais no Méier, bairro da Zona Norte da cidade, e vendia maconha para os seus amigos e conhecidos da área. Os “metros” [*quilogramas de maconha prensada*] que movimentava eram comprados em contatos da pista ou, por vezes, no Turano, não costumando manter relações comerciais nos morros próximos à sua casa. Certa vez, ele apareceu desesperado e dizendo que não poderia voltar para a casa de seus pais por algum tempo, pois os caras do “movimento” lá da área haviam matado um de seus clientes que comprava pedaços maiores para a revenda no varejo. “Pô, o maluco era tranqüilão, morava com os coroa dele, já meio velhos, vendia pouquinho, só pra fazer um dinheirinho e tirar o de fumar. Nem explanava tanto. Mas sei lá o que foi... Acho que ele tava vendendo pedaço pequeno e o “movimento” era no final da rua dele. Os caras ficaram sabendo e acharam que tinham que apagar o cara. Agora eu tô bolado, por que era eu que vendia pra ele, né...”

Essa foi a única história desse tipo que chegou a meus ouvidos. Porém, suponho que os traficantes “da pista”, especialmente os que moram bem próximos a uma “boca”, sejam cuidadosos para evitar tais situações. Uma das razões pelas quais esses problemas não se repetem é a diferença entre as quantidades vendidas no varejo. No “movimento” costumam ser comercializadas “trouxinhas” de R\$ 2, R\$ 5, R\$ 10 e no máximo de R\$15, contendo pesagens incertas de farelos de maconha prensada, isto é, medidas “no olho” e enroladas em pedaços de plástico com a quantidade que se supõe valer o preço cobrado. Já nas redes estudadas, não se vende um peso inferior a 25g, que custa entre R\$50 e R\$70, dependendo da qualidade ou da relação entre oferta e procura. Os pedaços fornecidos no varejo, que também podem ser de 50g, custan-

do o dobro, vêm cortados em uma única pedra (no máximo com uma lasquinha para compensar um corte impreciso) e embalados em um filme plástico.

Desta maneira, os clientes que sustentam essas distintas redes do mercado ilegal de drogas não são exatamente os mesmos, pois o consumidor que “compra peso” e possui contatos na classe média é o usuário de mesma classe que cultiva o hábito de fumar maconha com bastante frequência. Aquele que vai até o “movimento”, ou é morador da favela ou é um consumidor mais esporádico da droga, pois considera arriscado sair de lá com muitas “mutucas”⁶, devido ao sufoco promovido pela polícia nas saídas dos morros e, portanto, é ainda mais incômodo ter que voltar sempre. Os clientes dos traficantes “da pista” só recorrem às “bocas de fumo” quando há uma “seca”, isto é, uma interrupção temporária no fornecimento de maconha com os contatos conhecidos.

Reuter (1983) demonstrou, por meio da análise de distintos mercados ilegais, que os custos resultantes do uso da violência para a supressão da competição excedem os benefícios do engajamento em práticas monopolistas fundadas na coerção pela força, apresentando dados que contrariam as especulações oficiais de que os mercados ilegais tendem naturalmente a essas disputas violentas (REUTER, 1983). Não foram observadas quaisquer tentativas de manutenção de uma hegemonia sobre um território nas redes do tráfico “da pista”, salvo na reportagem de jornal apresentada na sessão 3 deste artigo. Mesmo nas relações entre a “pista” e o “morro”, a competição não parece ser importante, sendo privilegiada a cooperação entre as redes concorrentes, promovendo lucros em vez de prejuízos.

Se de fato nas redes de tráfico operantes nas favelas ocorrerem frequentes disputas por territórios para a implantação dos pontos de venda de drogas e os traficantes se utilizam de seu poder bélico para tais fins, isso se deve a uma especificidade histórica e cultural dessas articulações do mercado ilegal de drogas nas aglomerações de moradia de baixa renda no Rio de Janeiro⁷. Como o tráfico “da pista” opera sem uma fixação espacial definida e, ainda, sobre o asfalto, que é alheio às tais disputas territoriais travadas, é mantido um distanciamento conveniente e a convivência pacífica entre essas distintas modalidades do narcomercado costuma ser preservada.

6 O porte de diversas unidades embaladas separadamente pode enquadrar o consumidor como traficante. Recomenda-se ao usuário, portanto, abrir as trouxinhas e as juntar numa só, o que nem sempre é feito, dada a tensão envolvida no processo de compra e porte da droga sob tais circunstâncias.

7 Ver Misse (1999) sobre a história social do banditismo nos morros do Rio de Janeiro e a corrupção, que afetam, nesse caso, os argumentos de Reuter.

Conclusão

Ainda que as redes do tráfico de drogas tratadas no presente artigo apresentem-se de maneira distinta no que se refere a sua implantação espacial e a suas “estruturas” hierárquica e organizacional, constituindo-se através de sociabilidades particulares a cada uma dessas modalidades do comércio em questão, alguns pontos de contato significativos permitem conceber o tráfico de drogas ilícitas como um grande conjunto de redes que engloba os diferentes modos de atuação no mercado. Foi observada a interlocução entre os traficantes “da pista” e “do morro”, demonstrando a complementaridade que se constitui, apesar da concorrência no mercado.

A pesquisa considerada delimita o seu objeto, isto é, o tráfico de drogas “da pista”, praticado principalmente por jovens de classe média, pela sociabilidade que o distingue das demais modalidades desse mercado. Diante da constatação de que o emprego da violência é evitado e condenado nessa vertente do tráfico, surgiu a necessidade de se compreender as circunstâncias sob as quais isso é possível e que se evidenciam quando comparadas as dinâmicas das redes do tráfico “da pista” e “do morro”. Tratando-se aquele de um comércio ilegal operado através de redes relacionais pulverizadas, sem uma demarcação territorial reconhecível e caracterizado por uma postura de encobrimento das atividades ilícitas, a relação com a sociedade não passa pela subjetivação de uma identidade criminosa, tal como entre os “bandidos” do “movimento”, mas pela “manipulação da informação social” sobre o “estigma” que os torna “desacreditáveis” (GOFFMAN, 1988) ou sobre o seu comportamento “secretamente desviante” (BECKER, 1991), e a recusa ao uso das armas torna-se uma estratégia de distinção.

Os indivíduos estudados não aceitam a categoria “traficante” para designá-los, apesar de se reconhecerem enquanto praticantes de atividades comerciais classificáveis como tráfico de entorpecentes. A rejeição desse rótulo se dá pela associação midiática da palavra “traficante” com o “bandido do morro”, do qual eles fazem questão de se distinguir. Os comerciantes de drogas que operam no “asfalto” são beneficiados em relação aos seus equivalentes pobres, por se privilegiarem da possibilidade de não se submeter aos pro-

cessos da “sujeição criminal” (MISSE, 1999). Misse desenvolve esse conceito de modo a abranger tanto os processos de criminalização preventiva dos tipos sociais potencialmente criminosos, quanto os de subjetivação dos rótulos que lhes são atribuídos.

Os traficantes que estudei incorporam talvez um estigma que os desacredita junto àqueles que tomam conhecimento de suas práticas. Porém, lhes é reservada a possibilidade de abandono desse rótulo, oportunidade essa que não se quer sacrificar através da posse de armas e da identificação com práticas violentas que lhes arrancariam da classe dos tão somente “passadores de drogas”. Em um artigo no *Jornal do Brasil*, o desembargador Siro Darlan comenta sobre a facilidade com que João Guilherme Estrela, ex-trafficante de drogas de classe média, teve a sua “regeneração” publicamente aceita, ao passo que Tuchinha, ex-trafficante “do morro”, jamais deixou de ser percebido como um “bandido”, apesar do empenho devotado nessa empreitada⁸.

O repúdio ao emprego da força até mesmo para a cobrança dos débitos envolve, portanto, um cálculo de custo e benefício que lhes é acessível, dadas as circunstâncias privilegiadas sob as quais praticam o tráfico de drogas. A desigualdade que persiste na sociedade brasileira reproduz-se também no narcomercado.

8 Ver DARLAN, Ciro, “Meu nome não é Tuchinha”, *Jornal do Brasil*, 10/02/2008

Referências

- BARBOSA, Antônio Rafael. (1998), Um abraço para todos os amigos: Algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói, EDUFF.
- _____. (2005), Prender e dar fuga: Biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). Museu Nacional/UFRJ.
- BECKER, Howard S. (1991), *Outsiders: Studies in sociology of deviance*. Nova York, The Free Press,
- GAMBETTA, Diego. (2000), “Can we trust?” Em: GAMBETTA, Diego (org.) *Trust: making and breaking cooperative relations*. Edição eletrônica. Departamento de Sociologia, University of Oxford.
- GOFFMAN, Erving. (1988), *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo, LTC.
- GRILLO, Carolina Christoph. (2008), *Fazendo o doze na pista: Um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ.
- JOHSON, Bruce; HAMID, Ansley [e] SANABRIA, Harry. (1992), “Emerging models of crack distribution”. Em: MIECZKOWSKI, Tom (org.) *Drug, crime and social policy: Research, issues and concerns*. Boston, Ally and Bacon.
- MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. (1999), “Criminalidade violenta e ordem pública: Nota metodológica”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 13, Novembro de 1999, pp.115-124.
- MISSE, Michel. (1999), *Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas, UCAM/RJ.
- _____. (2003), *O movimento: A constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a*

varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência, drogas e pós-modernidade. Rio de Janeiro, EDUERJ.

SOUZA, Marcelo Lopes de. (1995), “O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. Em: CASTRO, Iná Elias *et alii*. (orgs.) Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrant Brasil.

_____. (1996), Redes e sistemas do tráfico de drogas no Rio de Janeiro: Anuário do Instituto de Geociências/UFRJ, vol. 19, pp. 45-60.

REUTER, Peter. (1983), *Disorganized crime: Illegal markets and the mafia*. Cambridge (Massachusetts) e Londres, The MIT Press.

RUGGIERO, Vincenzo [e] SOUTH, Nigel. (1995), *Eurodrugs: Drug use, market and trafficking in Europe*. Londres, UCL Press.

VELHO, Gilberto. (1998), *Nobres e anjos: Um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

ZALUAR, Alba. (1994). *O Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

_____. (2004), *Integração Perversa: Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.